



## Última semana de votações tem assuntos urgentes para estados

Veto à Lei dos Royalties, novas regras para o Fundo de Participação dos Estados e Lei Orçamentária de 2013 geram polêmicas na pauta do Congresso

Parlamentares dos estados não produtores de petróleo querem que o veto parcial à Lei dos Royalties seja votado quarta-feira. Mas a primeira-vice-presidente do Congresso, Rose

de Freitas, defende o adiamento para fevereiro.

A pauta inclui também a proposta orçamentária para 2013, que deve ser votada quarta-feira no Plenário do Congresso. E as novas regras de

rateio do Fundo de Participação dos Estados precisam ser definidas logo, porque as atuais perdem validade dia 1º. No Senado, porém, duas medidas provisórias trancam a pauta. **2**

### CPI da Violência contra a Mulher detecta falhas em Goiás

Em visita a Goiás, a comissão parlamentar mista de inquérito encontrou problemas como falta de delegacias especializadas e de pessoal qualificado para atender mulheres vítimas de violência doméstica. **4**

Waldemir Barreto/Agência Senado



Lindbergh (C) preside sessão que lembrou a trajetória do ex-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (telão)

### Homenagem a Aloisio Teixeira, da UFRJ

Em sessão especial, o Congresso homenageou, na sexta-feira, o ex-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que morreu em julho. Na

ocasião, os parlamentares, especialmente Lindbergh Farias, que presidiu a sessão, destacaram o empenho de Teixeira pelo aperfeiçoamento da educação superior. **4**

### Sarney afirma que foi grata surpresa voltar à Presidência **3**

### Gurgacz destaca desempenho da Comissão de Agricultura **4**

Márcia Kolumbe/Agência Senado



### Órgãos públicos não entendem de aviação, dizem especialistas

Na Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, o professor Respicio Antônio do Espírito Santo Junior, da UFRJ, e o representante do Sindicato dos Servidores

da Anac, Carlos Montino, afirmaram que os dirigentes das entidades que regulam a aviação não têm formação necessária para atuar na área. **3**

Senador João Costa preside a audiência pública da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil em que se discutiram as dificuldades enfrentadas pelo setor

Como acompanho as votações do Senado?

#### Fique sabendo

- 1 Acesse o QR Code acima ou [www.senado.leg.br](http://www.senado.leg.br)
- 2 Clique em **Atividade Legislativa**
- 3 Clique nas opções **Plenário do Senado** ou **Comissões do Senado** para acessar dados como "Sessões", "Resultados" e "Prazos"



### Portal Atividade Legislativa é Senado Transparente

No Portal Atividade Legislativa você consulta a agenda do dia, projetos e matérias em tramitação no Senado, atividades no Plenário e nas comissões e outras informações sobre os trabalhos parlamentares na Casa.



Cadir Gomes/Agência Senado



Em sessão conjunta, deputados e senadores aprovaram quarta-feira regime de urgência para analisar o veto aos royalties

# Royalties, Orçamento e verba para estados encerram o ano

Última semana de votações no Congresso tem assuntos polêmicos e urgentes que devem ser examinados, em alguns casos, durante sessão conjunta do Senado e da Câmara dos Deputados

A PAUTA DO Congresso nesta última semana de votações do ano tem assuntos polêmicos e urgentes: regras do Fundo de Participação dos Estados (FPE), veto à Lei dos Royalties e Lei Orçamentária para 2013.

O veto parcial (38/12) da presidente Dilma Rousseff à Lei dos Royalties (Lei 12.734/12) será votado em sessão conjunta do Congresso. Representantes dos estados não produtores de petróleo, que perdem recursos com o veto, trabalham para que a sessão seja quarta-feira, mas a presidente em exercício da Câmara e primeira-vice-presidente do Congresso, deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), defendeu o adiamento para fevereiro. Representante de um dos estados produtores, o Espírito Santo, ela avalia que o adiamento cria a última oportunidade de diálogo entre estados e governo.

A decisão final cabe a José Sarney, que retoma hoje a Presidência do Senado, depois de ter assumido temporariamente a Presidência da República. Parlamentares dos estados produtores acionaram a Justiça para impedir a derrubada do veto parcial, protocolando no Supremo Tribunal Federal (STF) mandado de segurança para suspender a votação do veto e anular a sessão em que foi aprovada a urgência na tramitação.

Antes do recesso, senadores e deputados precisam aprovar também a proposta orçamentária de 2013. Na semana passada, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou todos os relatórios setoriais. O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), acredita que o relatório-geral deve ser aprovado pela CMO amanhã e, na quarta-feira, votado no Plenário do Congresso.

## Até dia 31

Ainda mais urgente que a discussão sobre o veto dos royalties é a definição das novas regras de rateio do Fundo de Participação dos Estados. Por determinação do STF, o Congresso tem que aprovar, até dia 31, mudanças na base de cálculo e no critério de distribuição. Considerada inconstitucional, a atual forma será congelada a partir do dia 1º, caso não haja novas regras.

O esforço será para votar a tempo o PLS 289/11— Complementar, relatado por Walter Pinheiro (PT-BA). Na quinta-feira passada, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Eunício Oliveira (PMDB-CE), aceitou dar em Plenário parecer para uma tramitação abreviada no Senado. Se os senadores conseguirem aprovar a urgência para avaliação do projeto, ainda será preciso aprová-lo também na Câmara antes do fim do ano.

## Duas medidas provisórias trancam a pauta do Senado

No Senado, duas medidas provisórias precisam ser votadas antes de tudo. Uma cria mecanismos de estímulo à economia (MP 578/12); outra prevê isenções tributárias para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, em 2016 (MP 584/12).

A MP de estímulo à economia, transformada no PLV 27/12, estabelece parcelamento das dívidas de estados e municípios com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e reabre adesão para outros parcelamentos, como os do Programa de Recuperação Fiscal (Refis), do Parcelamento Especial (Paes) e do Parcelamento Excepcional (Paex).

A MP 584/12, transformada no PLV 26/12, isenta de tributos bens e serviços destinados aos jogos, os rendimentos do Comitê Olímpico Internacional e patrocínios em espécie ou por meio de bens e serviços. Há benefício tributário para empresas domiciliadas no Brasil que fizerem obras e serviços de infraestrutura urbana de revitalização na cidade do Rio de Janeiro.

## Comissão pode votar amanhã Plano Nacional de Educação

Entre os 20 itens a serem votados amanhã, na última reunião deste ano da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), está o PLC 103/12, que trata do Plano Nacional de Educação (PNE). A proposta apresenta 20 metas para o período 2011—2020, como o investimento de 10% do PIB no setor e a universalização do atendimento escolar para crianças entre 4 e 5 anos. Já aprovado pela Câmara, o projeto ainda passará por mais duas comissões do Senado.

## Senado devolverá mandatos de cassados durante a ditadura

O Senado fará quinta-feira devolução simbólica de mandatos a oito senadores cassados pela ditadura militar (1964—1985). Serão entregues diplomas às famílias do ex-presidente JK, de João Abrahão e de Pedro Ludovico, que foram senadores por Goiás; Aarão Steinbruch e Mário Martins, pelo Rio de Janeiro; Arthur Virgílio Filho, pelo Amazonas; e Wilson Campos, por Pernambuco. Marcello Alencar (RJ) é o único vivo entre os homenageados.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA	<b>PLENÁRIO Rádio e TV na Amazônia</b> 11h Sessão especial para comemorar os 40 anos da Rede Amazônica de Rádio e Televisão. Às 14h, a sessão é deliberativa.	<b>CMA Transparência</b> 11h Acordo para unificação da entrada de dados dos portais de transparência da Copa de 2014 e votação de projeto que cria incentivo a projetos de reflorestamento em propriedade rural familiar.
	<b>PRESIDÊNCIA TV Senado em Maceió</b> 11h Sessão pelos 40 anos da Rede Amazônia; às 15h30, protocolo de intenções com a Câmara Municipal de Maceió para transmitir a TV Senado e a Rádio Senado.	<b>EXPOSIÇÃO Biblioteca do Senado</b> 18h Abertura da exposição e lançamento do livro <i>Modernidade no Senado Federal</i> — presidências de José Sarney.
	<b>CDH Balanço</b> 9h Balanço dos trabalhos desenvolvidos no biênio 2011—2012.	
TERÇA	<b>CRA Conservação ambiental</b> 8h30 Subvenção a agricultores familiares que promovam conservação ambiental.	<b>CCT Antenas</b> 9h Votação em turno suplementar do projeto da Lei Geral das Antenas.
	<b>CAS/CDH Estatuto da Juventude</b> 9h Audiência pública conjunta para debater o Estatuto da Juventude.	<b>CAS Ato Médico</b> 9h Análise de substitutivo ao projeto que trata do exercício da medicina, o chamado Ato Médico.
	<b>CAE Plano Nacional de Educação</b> 10h Entre os 20 itens da pauta, o Plano Nacional de Educação.	<b>CPI DO TRÁFICO DE PESSOAS Relatório</b> 10h30 Apresentação do relatório final.
QUARTA	<b>CPI DO CACHOEIRA Votação</b> 10h15 A comissão que investiga atividades do contraventor Carlinhos Cachoeira deve votar relatório final dos trabalhos.	<b>CDR Moradia e saneamento</b> 14h Na pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional, incentivo à construção de moradias e redes de saneamento em municípios com população mais carente.
	<b>CCAI Procurador-geral</b> 11h Depoimento do procurador-geral da República, Roberto Gurgel.	<b>CMMC Avaliação da COP-18</b> 14h A Comissão sobre Mudanças Climáticas avalia temas tratados na COP-18, como a prorrogação do Protocolo de Kyoto.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da **Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)**. As reuniões das comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**Primeiro-vice-presidente:** Anibal Diniz  
**Segundo-vice-presidente:** Waldemir Moka  
**Primeiro-secretário:** Cícero Lucena  
**Segundo-secretário:** João Ribeiro  
**Terceiro-secretário:** João Vicente Claudino  
**Quarto-secretário:** Ciro Nogueira  
**Suplentes de secretário:**  
 Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin  
**Diretora-geral:** Doris Peixoto  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino  
**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burler  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão  
**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)

# Professor: órgão público não entende de aviação

Em audiência, especialista da UFRJ afirmou que diretores de entidades governamentais do setor aéreo “não têm a mínima ideia sobre a regulação de uma grande empresa”

PARA ESPECIALISTAS, EMPRESAS, associações e sindicatos, há graves problemas de gestão pública na aviação, com falhas que prejudicam os usuários e o crescimento econômico do país.

A constatação foi feita em audiência pública realizada pela Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil do Senado, que não contou com a participação de representantes do governo. O encontro foi presidido pelo senador João Costa (PPL-TO).

Entre os problemas listados, estão o alto preço dos combustíveis, que representam 40% dos custos das empresas, a carga tributária elevada, a regulação confusa e inadequada, a falta de investimentos (especialmente na aviação regional), a falta de mão de obra e problemas no governo.

Georges de Moura Ferreira, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, e Respicio Antônio do Espírito Santo Junior, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ),

fizeram críticas à gestão pública do setor.

## “Frankenstein”

Enquanto Ferreira manifestou estranhamento pelo fato de a recém-criada Empresa de Planejamento e Logística não fazer nenhuma menção de planejamento para o modal aéreo de transportes, Respicio, por sua vez, classificou o gerenciamento da aviação

civil de “Frankenstein”, com sobreposição e confusão na atuação de órgãos públicos, que seriam dirigidos por pessoas alheias ao setor.

— São pessoas extremamente boas e honestas, mas não são profissionais da aviação civil. Não têm a mínima ideia sobre a regulação de uma empresa de aviação de grande porte ou de táxi-aéreo — afirmou.

A crítica do professor ao perfil dos dirigentes dos órgãos do setor foi reforçada pelos demais debatedores. Houve consenso de que “falta cheiro de querosene de avião” aos que fazem as regras da aviação civil no Brasil.

Respicio afirmou que um órgão de governo, como a Secretaria de Aviação Civil (SAC), que tem status de ministério, confunde-se com a

Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que é um ente de Estado.

O professor da UFRJ também defendeu a vinculação da SAC ao Ministério dos Transportes e sugeriu a extinção do Conselho de Aviação Civil (Conac), que não elabora políticas para o setor e “não serve para nada”. Para ele, “apenas reage em momentos de grande crise”.



O senador João Costa (E) preside a audiência pública da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil: em debate, as dificuldades do setor aéreo no país

## Empresas aéreas se queixam dos impostos e do preço dos combustíveis

A carga tributária e o preço dos combustíveis de aviação foram reclamações recorrentes na audiência.

O representante da Associação Internacional de Transportes Aéreos (Iata), Carlos Ebner, sublinhou o papel da aviação na economia — 1 milhão de empregos diretos e indiretos e 1% do PIB.

Ebner afirmou que a Iata vê o Brasil, potencialmente, como o terceiro maior mercado de aviação do mundo. Mas o país está longe de atingir o potencial: enquanto a média de viagens aéreas por habitante por ano chega a 1,6 nos EUA e a 0,7 no México, no Brasil atinge só 0,4.

As principais causas, disse, são o preço do combustível (40% dos custos das empresas aéreas do país) e a carga tributária. Ele reclamou que os preços praticados pela Petrobras se referem a combustíveis importados, quando 75% do combustível usado é produzido no

Brasil. No debate, foi sugerida a redução das alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), que incidem sobre os combustíveis.

O advogado Cairon Ribeiro defendeu uma política tributária setorizada. Para ele, empresas de aviação de grande porte (de passageiros, de táxi-aéreo, agrícola ou de helicópteros) teriam diferentes cargas tributárias.

— Reduções tributárias devem ser setorizadas. Não podem ser benesses. Tem que haver matemática, mostrar planilha — afirmou ele, para quem são necessários estudos aprofundados sobre os custos das empresas.

As carências da aviação regional também foram lembradas. O presidente da Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil, Walter Bartels, disse ser necessário abrir novas linhas aéreas ligando pequenas cidades.

## Para sindicato de funcionários, diretores da Anac não têm compromisso com setor

Os problemas relacionados à regulação confusa, que seria inadequada aos mais diversos serviços da aviação civil, foram enumerados por vários dos debatedores na audiência.

Wolner Aguiar, que falou pelo Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo e pela Associação Brasileira de Aviação Geral, disse que há má gestão do governo. Para ele, “gente sem conhecimento técnico” para gerir o negócio toma decisões que prejudicam as empresas e os usuários.

Ele reclamou que faltam hangares, por exemplo, para os helicópteros de grande porte que servem à indústria petrolífera na costa do Rio de Janeiro.

Para Nelson Paim, presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola, “faltam servidores públicos e sobra burocracia”.

O engenheiro Benevides Carvalho,

que representou a Associação Brasileira das Empresas Aéreas, sublinhou que o setor costuma responder de forma rápida a decisões ruins do governo. Ele previu que as dificuldades vividas pelas empresas devem continuar em 2013.

Representante do Sindicato de Servidores da Anac, Carlos Montino apontou vários problemas administrativos. Segundo Montino, quando criada, em 2006, a Anac tinha a previsão de contar com 1.750 funcionários efetivos, mas conta hoje com 900.

Na avaliação dele, os indicados pelo governo para dirigir a Anac não têm compromisso com a aviação e encararam a função como uma “melhora no currículo”.

— Não entendem o ambiente da aviação civil. Há um descolamento, que gera enorme frustração do servidor público da Anac — afirmou.

## Substituir Dilma na Presidência foi grata surpresa, diz Sarney

Na última atividade no Palácio do Planalto como presidente da República interino, o senador José Sarney definiu como “grata surpresa” reassumir o cargo que exerceu há mais de duas décadas.

— Na minha vida eu tive que me preparar para muitas surpresas. Uma delas foi esta, de assumir a Presidência da República depois de 22 anos, substituindo a presidente Dilma Rousseff nestes breves instantes — disse, na sexta-feira.

Ele participou da cerimônia de transmissão do cargo de secretário-executivo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência

da República. O general de divisão Roberto Peternelli Júnior substituiu o general de divisão Antonio Sergio Geromel, que foi para a reserva.

Sarney governou o país de 1985 a 1990. Ele era o vice de Tancredo Neves, que morreu antes de tomar posse. Entre as marcas do governo dele, estão o fim da censura, a legalização dos partidos comunistas, a retomada de relações diplomáticas com Cuba e a união entre países da América Latina.

Presidente do Senado pela quarta vez, Sarney é o terceiro na linha sucessória presidencial. Na sexta-feira, ele elogiou a presidente Dilma pelo desempenho no governo.



Sarney preside cerimônia de troca do secretário-executivo do Gabinete de Segurança Institucional



Carlos Teixeira (E), Ivan Camargo, Jandira Feghali, Lindbergh Farias, Carlos Levi, Antônio Ledo e Iracema Teixeira

## Congresso homenageia professor Aloisio Teixeira

Sessão especial, na sexta-feira, recordou a trajetória do ex-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que morreu em julho. Parlamentares destacaram empenho pela melhoria da educação superior

ALOISIO TEIXEIRA FOI um grande professor e um brilhante gestor público. A declaração foi feita por Lindbergh Farias (PT-RJ), que presidiu a sessão do Congresso Nacional em homenagem ao ex-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na sexta-feira. O senador disse que a homenagem se justifica pela trajetória de vida e pela luta de Teixeira em prol do aperfeiçoamento da educação superior no Brasil.

Nascido em 1944, o professor graduou-se em Economia pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, em 1978. Na mesma área, fez mestrado na UFRJ e doutorado na Universidade de Campinas (Unicamp). Foi professor titular e reitor da UFRJ de 2003 a 2011. Deixou a instituição com 326 programas de especialização e 3.500 professores. Segundo Lindbergh, antes da gestão de Teixeira, a UFRJ tinha 6 mil alunos. Hoje são cerca de 50 mil.

O senador destacou também as publicações do professor, com críticas à política econômica do país. Teixeira defendia mudanças estruturais na indústria, na saúde e na educação.

— Ele sempre defendeu uma universidade laica e popular e sempre lutou pelo bem-estar social — disse o parlamentar. Lindbergh lembrou que o professor foi membro do

Partido Comunista Brasileiro (PCB) e militou no movimento estudantil. Torturado durante a ditadura militar, passou seis meses na prisão. Teixeira morreu em julho, de infarto.

### Luta para integrar universidade aos debates nacionais é lembrada

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que foi amiga de Teixeira, disse que o maior legado do professor foi a defesa da integração da universidade aos debates da democracia e do desenvolvimento econômico e social do país.

— Ele acreditava que a universidade tem que formar cidadãos — afirmou.

Para o reitor da UFRJ, Carlos Levi, o Congresso fez justiça com a homenagem. Ele disse que os cargos assumidos pelo professor foram exercidos de forma diferenciada. Levi também lembrou a luta por democratização do ensino, educação de qualidade e um país socialmente mais justo.

— Ele teve uma vida pública sempre pautada por valores republicanos.

Ivan Camargo, reitor da Universidade de Brasília (UnB), disse que Teixeira impressionava pela firmeza de posições. Antônio Ledo, vice-reitor da UFRJ, afirmou ter sido uma honra conviver com o professor.

— Eu aprendi sobre a universidade e sobre a realidade brasileira e aprendi a apreciar os pratos que ele preparava — contou Ledo, lembrando o gosto que o ex-reitor tinha pela culinária.

Iracema Teixeira, mãe do homenageado, agradeceu a lembrança do Congresso. Carlos Teixeira, filho de Aloisio, discursou na sessão:

— Não ter medo, estudar sempre e lutar por um mundo melhor foram outras lições que aprendi. Além de tudo, ele foi um excelente pai — declarou.

## CPI da Mulher encontra falhas em Goiás e promete relatório final para março

Em audiência pública na sexta-feira na Assembleia Legislativa de Goiás, em Goiânia, a comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Congresso Nacional que investiga a violência contra a mulher no Brasil encerrou a etapa de visitas e diligências nos estados.

Na ocasião, foi anunciada pela relatora, senadora Ana Rita (PT-ES), que a entrega do relatório final da CPI será feita em março de 2013, mês em que é comemorado o Dia Internacional da Mulher.

O relatório trará o diagnóstico da realidade de violência contra a mulher — o que foi constatado de ruim e de bom na rede pública de atendimento à mulher — e

sugestões de políticas públicas. Recomendações aos órgãos encarregados de aplicar a Lei Maria da Penha, como tribunais, promotorias e delegacias de polícia, também constarão do relatório.

Na audiência em Goiás, a CPI constatou precariedade nos órgãos e na rede de atendimento às mulheres do estado. Também diagnosticou falta de pessoal especializado, de capacitação de funcionários, sucateamento das poucas delegacias de atendimento à mulher e inexistência de

alguns equipamentos, como casas-abrigo.

Do Fórum Goiano de Mulheres, a CPI recebeu um dossiê sobre a situação no estado. Entre os problemas apontados, o documento destaca a fragilidade, a descontinuidade e a falta de capacitação dos agentes públicos para efetivação da política de proteção às mulheres. A lentidão burocrática dos repasses financeiros e a ineficiência na utilização deles também aparecem como fatores que dificultam a execução de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher.

Na avaliação de Ana Rita, o quadro encontrado em Goiás é muito ruim:

— A estrutura de atendimento é precária, principalmente em Luziânia, Valparaíso, Planaltina e Formosa. Em Planaltina de Goiás, a delegacia da mulher só tem uma escrivã e o mesmo delegado que atende a delegacia comum atende a delegacia da mulher.

Goiás ocupa a nona posição no ranking dos estados com mais assassinatos de mulheres — 5,7 homicídios a cada 100 mil mulheres. O primeiro colocado é o Espírito Santo, com 9,8. Em Goiânia, a taxa é de 6,8.

**Documento final vai ter sugestões para proteger mulher da violência doméstica**



Deputadas Marina Sant'Anna e Jô Moraes e senadora Ana Rita (D) em Goiás

## Comissão se aproximou dos agricultores, avalia Gurgacz

O presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Acir Gurgacz (PDT-RO), disse que, no biênio 2011—2012, o colegiado trabalhou com o intuito de se aproximar da população, “de trazer os agricultores para a comissão e levar a comissão para mais perto dos agricultores em todo o país”.

O senador fez um balanço desses dois anos. No período, disse, a CRA realizou 39 reuniões para votação de propostas legislativas, 46 audiências públicas e 35 seminários.

A comissão também recebeu visitas de quatro delegações estrangeiras: México, Polônia, Rússia e Alemanha.

Gurgacz destacou os ciclos de debates realizados no Senado e nos estados.

— Analisamos e discutimos as principais cadeias produtivas do setor rural, a situação da regularização fundiária e da reforma agrária no nosso país e, entre outros temas, a elaboração do novo Código Florestal — frisou.

Segundo o presidente da CRA, as discussões revelaram

problemas que dificultam o desenvolvimento da agricultura no país e reuniram sugestões “que estão servindo de referência para o governo e para as agências de fomento” na busca de soluções para os entraves.

Gurgacz destacou ainda proposições legislativas que foram votadas pela comissão — um total de 72, a maioria (51) projetos de lei do Senado. Ele citou, entre outros, projetos que buscam assegurar o direito dos proprietários de terras e regularizar a posse das áreas.

O senador ressaltou ainda o

desenvolvimento da agricultura em Rondônia.

— Acredito que 98% da economia do estado vem da agricultura, da pecuária, da bacia leiteira e agora também da produção de pescado — afirmou.

Gurgacz agradeceu o empenho e a participação dos senadores que integram a comissão.

— Nosso grande desafio é tornar o Brasil o maior produtor de alimentos do mundo e, produzindo mais, poderemos melhorar a qualidade de vida dos nossos agricultores — disse.



Gurgacz aponta aumento da produção nacional como grande desafio da CRA